



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 15/XI-1º/2013-14

1 - Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Pavilhão Gimnodesportivo da Sociedade Recreativa do Bairro da Bela Vista, Vale Fetal, na Charneca de Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação da proposta de suspensão parcial do PDMA, que incide sobre o disposto no nº 1, do artigo 112º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Almada”.

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nomeação de Revisor Oficial de Contas para a Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM - ECALMA”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências entre a Câmara Municipal de Almada e as Juntas de Uniões de Freguesias e Junta de Freguesia do Concelho de Almada (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete

Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco e Ricardo Jorge Cordeiro Louçã.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1687/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1688/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1676/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1689/XI-1º), (**Conforme Anexo IV**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1596/XI-1º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1700/XI-1º), (**Conforme Anexo VI**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1698/XI-1º), (**Conforme Anexo VII**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1699/XI-1º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência no dia 27 de junho de 2014, (Ent. nº 1584/XI-1º), (**Conforme Anexo IX**).

#### 4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII, XIII e XIV**).
- O Candidato Senhor Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves e por a candidata



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

imediatamente a seguir a cidadã Sr.<sup>ª</sup> Helga Cristina Rosa Ribeiro ser indicada pelo PEV, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV)**.

- O Candidato Senhor Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, da eleita Sr.<sup>ª</sup> Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.<sup>ª</sup> Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI, XVII, XVIII e XIX)**.

- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX)**.

- O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, da eleita Sr.<sup>ª</sup> Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI)**.

- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, da eleita Sr.<sup>ª</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII)**.

- A Candidata Senhor Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de junho, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIII)**.

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Costa da Caparica; Laranjeiro e Feijó, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, são substituídos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas das Freguesias, Senhor Carlos Alberto Estrela Brigadeiro, Senhora Maria do Rosário de Sousa Carrança Quintas, Senhor Sérgio Manuel Gonçalves de Sousa e Senhora Anabela de Matos Tavares, respetivamente, (**Conforme Anexos XXIV, XXV, XXVI e XXVII**).

**4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia - PAN, estando presentes trinta e sete Deputados Municipais.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Alexandre Rodrigues Bernardino, residente em Almada.

**5.1.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Alexandre Rodrigues Bernardino:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Luís Bernardino e, na manhã do passado dia 3 de junho, presenciei o assédio físico, moral e social a um cidadão de Almada, já de meia idade avançada, por parte dos agentes de fiscalização da Metro Transportes do Sul na estação do metro da Ramalha. Senti ser meu dever cívico denunciar a situação e registei-a em vídeo. Como resultado, tornei-me também vítima.

Ao almadense anónimo injuriaram-no e, quando este se colocou em fuga, perseguiram-no rua abaixo. Quando repararam que eu estava a filmar permitiram finalmente que ele seguisse para segurança e focaram-se em mim. Fui insultado, ameaçado, agredido e também alvo de uma tentativa de furto do telemóvel onde tinha gravado tudo o que se sucedeu até àquele momento.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Chamei a Polícia de Segurança Pública e os agentes de fiscalização abandonaram o local através de um dos metros. Já dei depoimentos, já apresentei queixa, já prestei declarações. Agora é uma questão para os tribunais.

Não estou aqui por mim.

Estou aqui pelo nosso concidadão anónimo - pobre, excluído, que apenas queria ir trabalhar, de saco cheio de ferramentas - e que ou não tinha dinheiro para o bilhete, ou que estava com demasiada pressa, ou o ordenado é muito pequeno, ou se calhar a máquina dos bilhetes, mais uma vez, não funcionou.

Seja qual for a razão dada o resultado final continua a ser monstruoso: alguém, em Almada, hoje, perseguido - escorraçado - rua fora por não ter 85 cêntimos para um bilhete. E como este nosso concidadão há muitos, demasiados, todos os dias, a toda a hora.

Tudo isto perpetrado por segurança privada. O Metro Transportes do Sul, ao contrário de qualquer outro operador de transportes públicos, utiliza segurança privada como agentes de fiscalização.

Em Almada, seguranças privados, ao serviço de uma empresa parte de uma Parceria Público-Privada, assediam todos os dias a população desta cidade.

Seguranças privados enquanto agentes de fiscalização é legal, bem o sei. Assim o diz a alínea f) do número 1 do Artigo 3º da Lei de Segurança Privada.

Mas também sei que, como disposto na alínea a) do número 1 do Artigo 5º - Proibições - é proibido, no exercício da atividade de segurança privada «a prática de atividades que tenham por objeto a prossecução de objetivos ou o desempenho de funções correspondentes a competências exclusivas das autoridades judiciárias ou policiais». E a alínea b) proíbe igualmente «ameaçar, inibir ou restringir o exercício de direitos, liberdades e garantias ou outros direitos fundamentais (...)».



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Esta conduta por parte dos agentes de fiscalização atuais é persistente e disseminada e não pode ser permitida, não se quisermos considerar Almada uma cidade madura, cosmopolita, democrática e livre.

Tudo isto foi já comunicado não só à Metro Transportes do Sul e à S.O.V. como também à maioria dos partidos aqui presentes, à própria Assembleia Municipal e à Presidência da Câmara e a outras entidades de direito, e as respostas que obtive demonstram que isto não é um caso isolado.

O que de vós peço é atenção, que discutam e ponderem este assunto e coloquem um fim à violência e opressão exercida por estes mercenários.

Se há troços de maior criminalidade nas linhas do MTS, os agentes da autoridade da PSP de Almada e as suas ações de patrulhamento e conhecimento de combate à criminalidade são a única resposta legítima.

Se há quem viaje de metro sem comprar o título, que se treinem e empreguem agentes de fiscalização da própria empresa e coloquem-se os validadores nas estações, não no interior das carruagens, como de resto já acontece com a Fertagus e a CP.

A solução não passa, certamente, por permitir selvajaria por parte de uma força mercenária ao serviço de interesses privados.

Cada dia há alguém, em Almada, que é vítima. Muitos já o foram, eu já o fui, e outros continuaram a sê-lo. Eu não desistirei de lutar para que se encontrem soluções inclusivas e definitivas.

Muito obrigado pelo tempo que me foi dispensado.”

**5.2** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Raquel Rocha, residente em Costa de Cão - Caparica.

**5.2.1** - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Raquel Rocha:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; para conhecimento de:

Petição Pública

Pelo não encerramento da Escola Básica de Costas de Cão decidido contra a vontade da população e da Autarquia.

Na sequência da divulgação da lista de 311 escolas do 1º ciclo do ensino básico que o Governo quer encerrar, fomos confrontados com o encerramento definitivo desta escola, contra a vontade da população, da comunidade educativa e da autarquia. Nesse sentido, vimos, através desta petição, solicitar aos responsáveis do MEC em articulação com a Autarquia que revertam a decisão de encerramento imediato desta escola, dado até à presente data a tutela produziu diversas declarações, garantindo que estes encerramentos de escolas correspondem ao que foi negociado com as câmaras municipais e que as crianças seriam deslocadas para centros escolares.

Ora, perante estas afirmações, que não correspondem ao que realmente se está a passar pois a autarquia emitiu parecer no sentido da sua manutenção em funcionamento, após consulta à população. Assim, pretendemos que o reordenamento da rede de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico obedeça a vários requisitos:

- 1) Caso haja lugar ao encerramento da EBI de Costas de Cão, garantir a continuidade do grupo/turma com a professora titular, amenizando assim o impacto desta mudança nos alunos,
- 2) Assegurar o transporte, em segurança, para a escola de acolhimento e que a distância seja a menor possível;
- 3) Garantir o encaminhamento dos alunos para o centro escolar (EB1 Cremilde Castro e Norvinda Silva), cujas condições físicas e materiais são melhores do que aquelas da escola a encerrar tem, permitindo assim a continuação de projetos já iniciados e manutenção de





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dinâmicas pedagógicas só possíveis com a melhoria das condições de trabalho da escola de acolhimento;

- 4) Garantir a resposta social adequada, nomeadamente ao nível das refeições e ocupação dos tempos livres das crianças;

Face ao exposto, os abaixo-assinados, solicitam o respeito pelo cumprimento do previsto na Carta Educativa de Almada, cidade educadora.”

**5.3** - Usou da palavra o Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Manuel Mendes Lucas, residente em Quintinhas -Charneca de Caparica.

**5.3.1** - O Município Exm.<sup>o</sup> Senhor Pedro Manuel Mendes Lucas

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou um município e residente nesta freguesia, mas hoje venho falar a esta Assembleia Municipal na qualidade de Pres da AG do Grupo Desportivo e Recreativo da Quinta Nova, para vos informar das nossas carências e necessidades a níveis financeiro e de infraestruturas.

Para continuar o nosso trabalho com qualidade na Formação e Competição na modalidade de Andebol que este clube pratica, terá de haver uma maior envolvência e apoio da Camara.

Nos escalões das Escolinhas (6 aos 10 anos), temos atualmente cerca de 50 atletas.

Nos escalões de Competição e já federados temos em ação 6 equipas, - 3 masculinas e 3 femininas, desde os Infantis até aos Juniores, têm atualmente cerca de 90 atletas.

Só a título informativo o nosso clube é o único no concelho de Almada com equipas de Andebol Feminino e a competir a nível distrital e nacional.

Os custos para podermos manter todas estas equipas em Formação e Competição são enormes ao longo da época (inscrições, seguros, deslocações, alimentação, material desportivo, etc.), e as receitas escassas para fazer face ao orçamento anual.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Por isso aqui fica o nosso pedido uma vez mais a Câmara para nos apoiarem e reforçarem na medida das vossas disponibilidades financeiras.

Já quanto ao nosso Parque Desportivo e apos a conclusão da 1ª fase, vai ser necessário o apoio da Câmara para a 2ª fase que consiste na construção dos balneários, cujos projetos já foram entregues nos respetivos serviços, estando aguardar o vosso parecer técnico.

Gostaríamos de poder dar a utilização a este equipamento tão necessário aos jovens da coletividade e da freguesia, mas sem essa infraestrutura concluída não é possível satisfazer essa necessidade.

Sempre contamos com a Câmara para nos apoiar, assim esperamos que continue, porque o nosso Clube sempre honrou os seus compromissos, e esse será sempre o nosso lema e poderão contar também connosco para futuro.

Obrigado a todos vós em meu nome e do clube que represento.”

**5.4** - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre, residente em Almada.

**5.4.1** - O Munícipe Exm.º Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quanto ao Metro Sul do Tejo, em maio fui utente e tive ocasião de presenciar que alguns dos funcionários que não são mercenários, provavelmente ganham o salário mínimo, estão a cumprir um dever de que haja alguma ordem naquele meio de transporte. Ouvi uma vez um grupinho daquela gente que mora em bairro com apoio social a ameaçarem o funcionário, a dizer “se apareces lá no bairro...” eu quando entrei no metro, fui utente do metro apenas no mês de maio, de resto raramente entrava no metro, mas no mês de maio passei a usar o metro regularmente e comecei a verificar que devia ter mais confiança porque eu quando chegava à Ramalha começava a ficar com desconfiança, quando chegava ao Pragal mais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desconfiança tinha, e hoje voltei a viajar no metro e vim com confiança, ao ponto de vir com o telemóvel a ver o que lá vinha no telemóvel. Portanto, eu fico satisfeito por finalmente haver ordem no Metro Sul do Tejo. Aqueles rapazes não são mercenários, a ordem é necessária, eu lembro o Dr. Fernando Pena que muita falta faz cá para lembrar estas coisas. A ordem é indispensável numa sociedade. Portanto, aqueles Srs. não são mercenários, mas eu não vinha cá por isso.

Hoje ao subir a rua Carvalho Freirinha com uma cidadã Irlandesa que era Professora de Inglês em Portugal e que tem dificuldade em se expressar em português, já reformada que é moradora no bairro onde eu moro, que tem uma irmã em Dublin, na Irlanda, que de vez enquanto vem a Portugal e que agora por força da idade tem dificuldade em deslocar-se e tem um andarilho para descer a rua e subir a rua Carvalho Freirinha no seu início que dá para o Largo de Cacilhas, não há passeios e a rampa é muito inclinada. Ser com andarilho ou com uma cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé é de facto difícil, apesar de estar ali um Centro Social, os pais quando trazem as crianças e idosos, porque também há centro de dia, quando trazem as crianças, trazem-nas sempre de carro, não é possível ir ali com um carrinho de bebé, é lamentável quer por uma entrada quer por outra da rua Carvalho Freirinha que dá acesso à Trindade Coelho e ao Ponto de Encontro. Portanto quando nós perdemos algumas das nossas capacidades físicas ficamos consignados ao bairro. O que eu apelava era que nós tivéssemos direito, porque nós em termos de impostos estamos na classe mais elevada do IMI. Mas não temos as condições que tem por exemplo a avenida 25 de Abril, que tem passeios, as pessoas saem, os passeios em Portugal infelizmente as calçadas são muito irregulares. Portanto para estes andarilhos, carrinhos de bebé e cadeiras de rodas não são os mais favoráveis, mas teimamos nestas coisas da cultura, calçadas à portuguesa e não sei quê. Conclusão, o cidadão é que tem que se adaptar ao território. Mas



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

no caso concreto da rua Carvalho Freirinha naquele início até à Trindade Coelho é preciso rever de forma a que aquilo se torne acessível, porque a amargura da Ane que é a cidadã Irlandesa nossa vizinha, e ela como sabe que sou familiar de um autarca faz-me as queixas a mim para que eu as transmitisse à autarca minha familiar. Mas eu resolvi vir pessoalmente dizer isto. Já que pagamos um máximo de IMI em termos de localização, que as condições de acessibilidade sejam melhoradas para que as cadeirinhas de rodas possam sair da rua Trindade Coelho e ir para o Largo de Cacilhas onde de facto o espetáculo humano, de movimento de pessoas, o rio, etc., poderão ser apelativos e distrativos para a terceira idade, dado que jardim nós ali não temos nenhum. Era este assunto que eu trazia em nome da cidadã Irlandesa Ane, Professora de Inglês em Portugal.”

**5.5** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor André Macedo S. Ferreira, residente em Almada.

**5.5.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor André Macedo S. Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui são dois assuntos que afetam a Freguesia de Cacilhas. O primeiro tem a ver com a ciclovia que necessita de uma grande intervenção na área, e a primeira pergunta que eu tinha para fazer ao Sr. Presidente da Câmara, era se tem programado alguma intervenção nessa via, porque estamos numa época de verão em que o desporto ao ar livre costuma ser uma das principais atividades dos munícipes, também é uma via de comunicação muito importante para a mobilidade dentro do Concelho e portanto eu gostava de perguntar quando pensa que vai começar essa intervenção ou quando pode estar concluída e também quais são as medidas de segurança adicionais, se estão previstas algumas, porque há ali grandes falhas que se nota assim a olho nu, nem é preciso ser-se cá de Almada, mas tudo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o que está mal feito pode ser sempre melhor feito e sempre para garantir mais segurança aos munícipes.

A segunda questão que eu queria abordar tem a ver com o “quintal desportivo” de Cacilhas, para quem não sabe, o “quintal desportivo” é um pequeno campo de futebol ou de basquete, há muitos jovens que brincam lá e é uma zona que se tem deteriorado muito ao longo dos anos e está a tornar-se bastante perigosa e portanto precisa de uma grande intervenção. Sei que este tema já foi trazido várias vezes à Assembleia da União das Freguesias de Almada, mas já que está aqui o Sr. Presidente da Câmara também lhe queria perguntar se tem algum plano previsto, medidas de segurança também a ser reforçadas e eu manifesto esta preocupação porque a nível pessoal, eu cresci na rua atrás do “quintal desportivo” e não queria que aquela área desaparecesse, acho que pode ser feito muito mais e portanto daí a minha preocupação em saber se a Câmara pode tomar alguma medida em colaboração com a Junta também para se resolver este problema o mais rapidamente possível, antes que aconteça alguma tragédia.”

**5.6** - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**5.6.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de referir neste ponto e brevemente a importância da vinda à Assembleia Municipal de vários cidadãos para apresentarem assuntos que são sentidos e que têm absoluta justificação.

Gostaria de referir em relação ao Sr. André Ferreira, ao Sr. Pedro Lucas e à Sr.<sup>a</sup> Raquel Rocha, relativamente aos assuntos que apresentaram, no caso da D. Raquel Rocha com a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

solidariedade do Bloco de Esquerda relativamente e apoio à petição que acabam de apresentar. Em relação ao Sr. Pedro Lucas e a importância das Coletividades no Concelho e o futuro das Coletividades, são inevitavelmente só com esforço e com muita dedicação é que é possível levar por diante o trabalho desenvolvido das Coletividades.

Em relação também às preocupações apresentadas pelo Sr. André Ferreira, absoluto apoio para que a autarquia possa dar todo o apoio possível.

Em relação ao Sr. Luís Bernardino que fez aqui uma intervenção sobre o caso concreto vivido e a forma como foi humilhado e agredido, qualquer democrata que defende a ordem, que defende a justiça sabe que o excesso de utilização de meios de ação musculada, agressiva, intimidatória, não contribui para o avanço da democracia. Portanto, todos nós desejamos ordem, mas desejamos ordem de uma forma também efetuada tendo em atenção os direitos de liberdade e garantias. Portanto, ações musculadas, intimidatórias e agressivas, o Bloco de Esquerda está completamente em desacordo e manifesta solidariedade ao cidadão Luís Bernardino pelo facto de ter utilizado todos os meios ao seu dispor e os aspetos jurídicos devem ser aqui realçados para desenvolver aquilo que entende que é importante para a defesa dos seus direitos.

#### 5.6.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas notas em relação à questão levantada pelo Sr. Luís Bernardino, nós não deixaremos naturalmente de atuar quer junto do Metro Sul do Tejo, no sentido de esclarecimento deste tipo de situações, como trataremos do assunto, levaremos ao Conselho Municipal de Segurança esta matéria. Como sabe o Metro Sul do Tejo tem sido alvo de várias notícias relacionadas com a segurança e com abusos da força. Questões de segurança que ainda há bem pouco tempo também foram motivo se não estou em erro, não sei se foi



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

na Câmara, se foi na Assembleia Municipal de um abaixo-assinado, cerca de dois mil estudantes do nosso Polo Universitário a FCT, relacionado com questões de segurança no metro, no trajeto que vai da estação do Pragal até à Universidade e naturalmente existem também notícias de abuso, inclusivamente estava-me aqui a dizer o Sr. Vereador de exigência de bilhete a pessoas que estão sentadas na paragem fora do metro, portanto coisas completamente absurdas e portanto naturalmente que isto é um assunto que nos deve continuar a preocupar no sentido de que de facto a segurança dos cidadãos seja garantida em todas as suas dimensões.

Em relação às questões colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Raquel Rocha. Portanto, logo que nos façam chegar a petição nós agradecemos, para que possamos dar sequência àquilo que seja a vontade da população e dos pais, dos professores, enfim, daquela comunidade.

Questões colocadas pelo Sr. Pedro Lucas. Pessoalmente o Presidente da Câmara recebe toda a gente, portanto desde que se marque o pedido de entrevista seja deste Clube, uma outra organização é uma questão de se encontrar um dia na agenda e portanto teremos a oportunidade com certeza de tratar da situação. No entanto existe também a plataforma, a plataforma através da internet onde as solicitações de apoio das associações e dos clubes devem ser todas depositadas, porque essa é uma condição essencial e regulamentar para que possam ser atribuídos os subsídios. Não basta falar com o Presidente da Câmara, já manifestei a minha disponibilidade, assim como a disponibilidade do Sr. Vereador responsável pela área, total, mas é necessário depois também o preenchimento dos pedidos para que possam ser tidos em conta. Aliás chamo atenção que caminharemos no sentido de que todas as instituições do nosso Concelho que queiram solicitar pedidos de apoio à Câmara o façam a tempo de poderem ser contemplados no orçamento municipal, que será depois submetido de acordo com a Lei, em novembro. Isto é um procedimento e é desejável que antes do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

período de férias, até julho, este ano ainda não será assim, mas que até julho todos os que desejem subsídios, apoios o façam atempadamente para poderem ser ponderados, poderem ser considerados e articulados com a política municipal.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Belmiro Alexandre. Está em curso, em fase final a elaboração do Plano de Mobilidade, neste caso o Plano de Mobilidade Pedonal e Ciclista, o que está dito é que durante este mês de julho nos será entregue o documento final, a partir daí passaremos depois a uma intervenção programada de correção das não conformidades que estão identificadas e naturalmente também das medidas de planeamento em relação a intervenções em áreas mais amplas. E portanto com certeza que a questão que nos foi levantada e que é reconhecida, é uma nova realidade, é o problema de que estas zonas da cidade construídas em áreas íngremes e que são históricas por assim dizer, hoje não se conformam com o feliz prolongamento da esperança de vida das pessoas, mas no caso concreto de Portugal e sobretudo em relação às mulheres sabe-se que é um prolongamento da esperança de vida também com um prolongamento ainda mais significativo dos anos de vida com doença ou com limitações. Portanto é uma realidade do nosso País, temos o prolongamento da esperança de vida, mas particular das mulheres temos um prolongamento da esperança de vida com doença. E nesse aspeto infelizmente, e portanto, a cidade terá que se conformar com essa realidade porque a cidade é dos cidadãos e temos que encontrar soluções para isso e agradecemos as informações que nos coloquem sobre estas matérias.

Sobre a questão da ciclovia, houve uma primeira intervenção na sequência até de uma chamada de atenção que foi colocada penso que aqui na Assembleia, em determinada altura, temos consciência que é necessário continuar a fazer as intervenções corretivas em relação àquela situação, será útil de facto que não se fazendo uma obra de princípio ao fim, que possamos ir sinalizando e corrigindo aquelas situações que sejam mais perturbadoras.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação ao “quintal desportivo”. Eu estive no local e estive lá a nossa equipa com os serviços, com a Junta de Freguesia, há um desejo forte em tentar conciliar ali os interesses dos jovens e das pessoas com os vizinhos. Estamos a procurar uma solução naquele local justamente ao lado daquele local, mas ainda não temos a solução. Agora, existe de facto um conflito que não é fácil de gerir e portanto este conflito até não tem a ver com partidos nem com cores, são das pessoas, até podem ser das mesmas cores, mas há uns dessa cor que fazem barulho e uns da mesma cor que não gostam do barulho que os outros fazem. Portanto isto não tem nada a ver uma coisa com a outra. É um problema de vizinhança que procuraremos naturalmente resolver para bem do conforto dos nossos cidadãos e naturalmente da concretização dos seus direitos. Mas o assunto está em agenda, está localizado, como já disse visitámos o local e está-se a procurar uma solução no plano urbanístico e das disponibilidades de terreno que a Câmara disponha na zona possam resolver.”

#### 5.6.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Também dar nota que o documento que foi enviado para a Assembleia Municipal relativamente àquele incidente com seguranças do Metro Sul do Tejo, foi enviado para a MTS solicitando esclarecimentos relativamente à situação que era colocada.”

#### 5.7 - Deu-se por concluído o Período Aberto aos Cidadãos.

#### 6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

#### 6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXVIII**).

#### 6.1.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.

#### 6.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O documento foi distribuído, normalmente, só queria sublinhar o esforço que estamos a tentar fazer para conformar a elaboração do documento àquilo que tem sido as chamadas de atenção dos Srs. Deputados Municipais, no sentido de permitir de uma forma sintética apresentar as grandes questões. Naturalmente elas são apresentadas sempre do ponto de vista da Câmara, com certeza que não satisfazendo todas as sensibilidades. Sinto ainda a necessidade para além da introdução geral que já está feita, que depois em relação a cada um dos capítulos seja feita também uma abordagem semelhante. É uma necessidade que eu sinto na minha apreciação crítica sobre o próprio documento e sobre a sua forma, não sei se os Srs. Deputados também sentem, de qualquer maneira penso que está facilitada a apresentação daquilo que é a informação da Câmara. O documento foi distribuído no tempo útil e portanto estamos à disposição das observações que nos queiram fazer sobre estas matérias.”

**6.1.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Odete Alexandre, Luísa Ramos, António Pedro Maco, Pedro Oliveira, José Leitão o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

**6.1.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Olhando para este Relatório, temos que reconhecer que é verdade que há um esforço de tentar melhorar a qualidade da sua apresentação, da sua leitura e da perceção qualitativa do trabalho da autarquia. Não temos problemas nenhuns em reconhecer essa matéria, se bem que continua a faltar alguma avaliação homologa em relação ao período correspondente do ano anterior de forma a que possamos realmente perceber qual é a evolução, volto a dizer, obviamente isto podia ser feito olhando para o Relatório que foi apresentado há um ano,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

podia, mas penso que melhora a leitura qualitativa do documento se pudesse ter essas informações sobretudo naqueles dados mais essenciais, não digo que fosse necessário para tudo e para qualquer informação. Mas ainda assim e pegando na informação que nos é distribuída, tinha quatro questões que gostaria de deixar. Em primeiro lugar e na página 92, para ser mais fácil seguir, na linha 6.4 diz que o objetivo que está traçado no eixo, visa “prosseguir e aprofundar a política municipal no âmbito da construção da sociedade do conhecimento e da participação na vida local, mantendo um plano de comunicação centrado nos cidadãos e nas suas necessidades”. Bem, até aqui tudo bem, penso que qualquer um de nós partilha este objetivo. Mas vemos mais à frente que no Relatório nos é apresentado como “materiais de informação produzidos, Autarquias contra a privatização da AMARSUL, Criação de imagem para autocolantes”. Bem, eu obviamente percebo que a autarquia tem a legitimidade pelo menos política, eu confesso que formal ainda não encontrei, muito do ponto de vista de justificação para a autarquia ter outdoors ou autocolantes em relação a posições políticas, mas também não percebo muito bem, confesso, onde é que isto se enquadra nesta linha 6.4. Porque a comunicação centrada nos cidadãos e nas suas necessidades eu posso perceber, em relação a um combate político legítimo, não me parece que esteja enquadrado nesta linha de ação.

Outra questão que também tem a ver um pouco com esta questão, mas já agora na linha 6.5 onde se diz que o objetivo é “disponibilizar a rede de serviços com recurso às funcionalidades tecnológicas de suporte à informação e serviços online”. Na página 93 aparece este texto que eu considero gongórico e que a pergunta que deixo objetivamente é o que é que isto significa. E então diz o relatório, “construção de visão consolidada, coerente e completa das relações entre o Município e o Município”. O que é que isto se pode traduzir em ação concreta desenvolvida neste período pela autarquia? Eu aqui vejo um trecho literário, não há



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

dúvida, eu já agora gostaria de perceber é o que é que isto se traduziu em ação concreta que diga respeito à concretização desta linha de ação que eu manifestamente vejo um texto, vejo uma intenção, mas já agora gostava de perceber o que é que isto resultou em ação concreta da autarquia.

Para além disso, na página 105, na linha 7.11, onde se refere que o objetivo é a implementação do processo de licenciamento na hora que nós objetivamente acompanhamos como objetivo estratégico até de forma a tentar maximizar a capacidade de implementar atividades no Concelho aos mais diversos níveis. Lemos que existe ou está a concluir o trabalho de concessão do processo e formalização de proposta de aplicação. A pergunta é, para quando a implementação deste processo, qual é o objetivo e de que forma é que vai ser concretizado e em que calendário, porque manifestamente é um objetivo que partilhamos, mas que gostaríamos de perceber para quando será concretizado?

Uma última questão diz respeito a uma informação que é aqui veiculada que não tem a ver propriamente com o objetivo estratégico, mas tem a ver com uma ação que a Câmara informa que desenvolveu junto do Presídio da Trafaria, nomeadamente a colocação de uma rede de vedação. Mas pegando no Presídio da Trafaria, porque é um património que é importante para o Concelho, que desde há muito tem sido objeto de visões sobre aquilo que deve ser o aproveitamento daquele espaço, gostaríamos de saber se a autarquia tem algum calendário de execução para tentar dar uma outra dignidade àquele espaço, uma outra visibilidade e centralidade, porque aquele edifício de certeza que pode ser também de facto um foco de desenvolvimento de uma Freguesia que objetivamente tem naquele património um motor de desenvolvimento estratégico, e nós obviamente não temos nada a apontar em relação a esta atividade que foi desenvolvida para obviamente melhorar as condições neste caso de segurança daquele património, gostaríamos de perceber é o que é que vamos fazer



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para potenciar esse património, para além daquilo que hoje em dia tem sido testemunha por parte do cidadão que ali passa. E portanto eram as questões que gostaríamos de deixar, sem deixarmos de enaltecer que sim senhora, está a haver uma preocupação de melhorar o documento, vamos procurar que a sua leitura ajude a perceber o que é que do ponto de vista da ação tem sido a concretização por um lado e a comparação dessa ação com o período homólogo, por outro.”

#### 6.1.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na última reunião da Assembleia Municipal o PS questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as respostas existentes no Concelho de Almada em caso de sismo e de tsunami e pedimos que nos fosse facultado o Plano Municipal de Segurança. Foi com grande surpresa e muita preocupação que constatamos através da resposta do Sr. Coordenador dos Serviços Municipais de Proteção Civil da Câmara Municipal de Almada que 1- Almada não tem desde há vários anos qualquer Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil; 2- Houve um Plano elaborado em 2000 e aprovado em 2002 e que está obsoleto; 3- Prevê-se nessa resposta que o Plano que está agora a ser elaborado tenha a sua conclusão no terceiro trimestre de 2014, deste modo em meados de 2016, poderemos ter então um Plano de Emergência Municipal aprovado e em condições de ser divulgado.

Sobre os locais que deverão ser escolhidos criteriosamente para pontos de encontro da população numa situação de catástrofe nada está pensado, nada está planeado.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, tendo em conta que existe um Plano Especial de Emergência para o risco sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes, tendo em conta que Almada se encontra incluída nesse Plano do qual constam as principais missões do ponto de Comando Municipal e cujo responsável é



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

o Comandante Operacional Municipal indicado pelo Presidente da Câmara como Autoridade Política de Proteção Civil, tendo em conta que o Presidente da Câmara é a entidade responsável por desencadear na eminência de uma catástrofe ou de um acidente grave as ações de proteção civil de prevenção, de socorro, de assistência e de reabilitação adequadas, o Partido Socialista declara formalmente a sua preocupação por esta lacuna grave na segurança dos cidadãos do Concelho de Almada, assim como na falta de articulação com os restantes Concelho da Área Metropolitana. Concluimos que não estão asseguradas em caso de sismo ou tsunami as medidas que possam minimizar as perdas de vidas e a atenuação dos prejuízos sobre a propriedade e sobre o ambiente. Constatamos que não estão asseguradas as condições favoráveis ao empenhamento rápido e eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis no Concelho, bem como todos os meios de reforço que vierem a ser disponibilizados. Verificamos que não está garantida a movimentação organizada e ordeira das populações deslocadas essenciais à manutenção dos níveis razoáveis de sobrevivência, como alimentação, higiene, etc.. Notamos que a evacuação de feridos e doentes e a prestação de cuidados médicos essenciais estão seriamente comprometidos. É com preocupante pesar que confirmamos que Almada que sempre se arroga de pertencer ao pódio dos exemplares, desta vez está no pódio dos desleixados, dos descuidados, dos negligentes, pondo em risco a defesa da vida dos que aqui habitam e dos que nos visitam. É deveras lamentável que numa situação de grande perigo estejamos entregues às respostas que empresas sedeadas em Almada possam ter e que a Câmara Municipal a quem compete liderar um processo desses fique refém dos Planos dessas empresas e não esteja em condições de liderar, de coordenar as operações.

Este assunto é demasiadamente sério para que possa ser encarado com um encolher de ombros. Continuaremos atentos a este assunto em nome da segurança dos almadenses.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 6.1.2.3 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de fazer uma pergunta à Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Alexandre, porque não entendi bem. Eu não sei se a Senhora leu sic a resposta dos Serviços, ou se é a sua interpretação sobre a resposta dos Serviços.”

#### 6.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta parte da atividade municipal já foi grandemente discutida nas reuniões da Comissão, muita desta atividade que nós estamos aqui a analisar hoje já foram discutidas e muito bem, aliás quero saudar neste caso o funcionamento diferente, totalmente diferente daquilo que foram as Comissões no Mandato passado e portanto muitas destas matérias já foram assim discutidas em Comissão.

Neste caso passando um pouco então a analisar esta situação relativamente à atividade municipal dos últimos três meses, eu ontem não fiz qualquer tipo de intervenção visto que a intervenção estaria preparada para hoje, mas quero que pelo menos a posição do CDS-PP fique também nesta Assembleia Municipal registado em Ata.

Relativamente à aquisição dos relógios por parte da Câmara Municipal e já está mais do que falada esta mesma questão, o CDS-PP terá solicitado à Câmara Municipal esclarecimentos devidos através de um requerimento, mas como foi ontem aqui trazido novamente a discussão, o CDS-PP quer deixar muito claro esta situação que é, o CDS-PP não está, não estará e nunca esteve contra o reconhecimento que é feito quer pelas entidades públicas, quer pelas entidades privadas a todos os trabalhadores que prestam o seu serviço no âmbito do seu trabalho diário. Isso que fique bem claro. Agora, aquilo que nós entendemos é que é manifestamente exagerado os valores que estão incutidos neste mesmo ajuste direto



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relativamente a esta questão dos relógios. Pensamos e entendemos que ainda ontem falámos aqui na questão do voluntariado para o “Sol da Caparica” que também saudamos esse mesmo projeto, mas sim por ventura com certeza que esse dinheiro, esses valores fariam mais falta noutros setores que por bem e neste caso quiçá, para dar um contributo muito maior até a esses voluntários. Não está aqui a forma de o reconhecimento desses mesmos trabalhadores, mas sim achamos manifestamente exagerado essa premissa que embora seja já recorrente, não quer dizer que seja a melhor. E também deixar apenas como esclarecimento que esta questão já não é nova, foi e como o Sr. Presidente com certeza se recordará, foi deixada também por nós no âmbito da receção aos partidos políticos na questão do âmbito do estatuto da oposição e ao qual nós nos mantemos coerentes também com posições que mantivemos no último mandato e que sim reconhecemos também que o Sr. Presidente foi coerente também frente ao CDS-PP onde disse que era para manter esse mesmo reconhecimento dessa forma e portanto Sr. Presidente fomos coerentes também, o Sr. Presidente também e para o ano cá estaremos para ver então como é que as coisas se passam.

Entrando um pouco na análise deste documento que como já foi aqui reconhecido denotam-se melhorias na prestação neste caso de informação aos Deputados Municipais, é feito esse reconhecimento por parte do CDS-PP e entrando aqui um pouco nestas matérias, eu gostaria de questionar, na página 4 onde a atribuição de bolsas para estudantes universitários. Nós gostaríamos de questionar quais os critérios de atribuição, se esses mesmos critérios têm a ver com as dificuldades das famílias ou se têm a ver com critérios neste caso a nível das notas dos alunos, a nível de algum outro critério que possam aqui estar subjacentes a esta mesma atribuição.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Depois neste caso também no âmbito da Proteção Civil, onde afirma na página 10, “desenvolvimento de soluções de planeamento e ordenamento do território no âmbito da Proteção Civil”, gostaríamos de saber e nós estivemos recentemente na Proteção Civil e digamos foi inclusivamente até uma reunião recebidos pelo Sr. Vereador, uma reunião até bastante profícua, mas gostaríamos neste caso na continuidade desse mesmo, digamos assim, entendimento por parte da Proteção Civil de Almada, gostaríamos de saber quais estes planos de soluções e planeamento do ordenamento do território que estão aqui explanados.

Depois também na página 12, onde há indicação que “foi assegurada a elaboração de programa preliminar de intervenção e revitalização do antigo Presídio/Forte da Trafaria e áreas adjacentes”. Também já foi levantada aqui esta mesma questão, o CDS-PP gostaria de questionar o Executivo que projeto efetivamente está previsto para aquela área? Será uma área de lazer? Será uma área ligada ao património histórico, será uma área ligada à hotelaria? Gostaríamos inclusivamente em que pé é que está esta situação. Depois também relativamente à questão de quiosques, onde há indicação que foram elaborados estudos preparatórios para o assentamento de quiosques e foram instalados quatro novos quiosques. Gostaríamos de saber quais as zonas onde foram instalados estes novos quatro quiosques e gostaríamos também de perguntar se quais os estudos, digamos assim, que serão necessários preparatórios para o assentamento de quiosques visto que nos parece manifestamente exagerado, mas sou sincero não sei e por isso questiono.

Depois outras três questões, neste caso que não têm diretamente a ver com o documento, mas que entendemos que seja discutida na atividade municipal, que e relativamente à falta de papeleiras pelo município, que tem a ver com as questões do lixo.

Uma questão que foi já deixada juntamente do Sr. Vereador da Educação, que é relativamente á Internet nas bibliotecas e portanto gostaríamos de verificar quando é que essa



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

situação estaria resolvida, visto que faz imensa falta. E depois uma última questão, gostaria de questionar também o Executivo, Estrada Florestal, a denominada estrada Florestal que vai da Costa da Caparica à Fonte da Telha, Sr. Presidente de quem é a competência e a jurisdição?”

**6.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda gostaria de aproveitar este ponto para referir alguns aspetos, alguns podem ser entendidos como repetitivos, mas de qualquer forma nós achamos importante aqui voltar a colocar essas situações. Nós gostaríamos de saber relativamente à Loja do Cidadão para Almada se eventualmente há algum avanço, este tema tem sido tratado ao longo de vários anos e gostaríamos de saber se neste momento o Município, Sr. Presidente da Câmara se tem alguma informação concreta sobre as intervenções que aparecem amiúde na comunicação social para as futuras Lojas do Cidadão, e se Almada está incluída ou não?

Gostaria de referir em relação, porque o assunto passa também para a Loja do Município, que tem valências concretas de atuação, se eventualmente a Loja do Município está apetrechada com meios técnicos e humanos para eventualmente responder a um problema que está colocado aos cidadãos de Almada, que são as condições exíguas para renovar o cartão de cidadão no local onde os cidadãos se têm que dirigir. Não existem condições quer para os funcionários, quer para quem necessita e portanto gostaríamos de saber se eventualmente seria encarada ou não a hipótese da Loja do Município poder ser local para ser efetuada esta pretensão dos cidadãos. Em tempos terá sido referido. Penso que se eventualmente haverá custos para o Município era importante saber.

O Bloco de Esquerda trouxe à última Assembleia Municipal a situação do antigo Externato do Pátio das Andorinhas situado em Vale Cavala. Gostaríamos de saber as diligências da



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Câmara entretanto efetuadas para que esta situação seja alterada. O lixo persiste naquele local, a acumulação de lixo é visível, basta lá ir e portanto nós gostaríamos também de saber as diligências para um espaço que está encerrado há mais de dois anos, sem qualquer utilidade. Chegou-nos, como a todos os Deputados Municipais, uma reclamação de um Múncipe relativamente à situação do Bairro do Matadouro e um conjunto de problemas que ali estão colocados. Infestação de formigas nos passeios, jardins em estado de abandono, relvado em mau estado e sujo. Gostaríamos também de saber as diligências entretanto realizadas no Bairro do Matadouro.

Para terminar, eu penso que há ou não lemos bem, uma insuficiência relativamente ao trabalho desenvolvido durante este período na repavimentação de vias por todo o Concelho. Quem lê a página 46, vê que houve pavimentações e repavimentações em três locais, eu penso que deve haver aqui equívoco, o que aparece na página 46, aparece na Costa da Caparica na rua Infante Dom Henrique, na praça Leonor de Eça e na rua Manuel Toucinho e não referencia as outras pavimentações e repavimentações entretanto realizadas. Como se trata de um problema que diz respeito a todo o Concelho, penso que há aqui insuficiência na informação prestada e que teria com certeza havido intervenção noutros locais.”

**6.1.2.6 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apesar de todos os alertas, de todos os pedidos que a limpeza urbana seja mais cuidadosa e mais eficaz, continuamos a sofrer o desleixo e o abandono. Almada continua a ser um Concelho sujo. É absolutamente dececionante quando nos deslocamos para outras zonas quer no País, quer no estrangeiro e encontramos localidades onde a limpeza é uma marca e nos lembramos da nossa rua, do nosso bairro e pensamos que poderiam ser também assim. De facto o fraco investimento que é feito por parte do poder autárquico nesta matéria continua a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

traduzir nos sinais que temos vindo a identificar. Lixo doméstico abandonado ao lado dos contentores e dos moloques, equipamentos elétricos obsoletos desmontados junto aos recipientes destinados ao lixo urbano, peças de mobiliário desmanteladas nos largos, nas ruas, nas pracetas, falta de ecopontos, ou havendo os existentes estão a transbordar. O mais recente mobiliário urbano completamente danificado. As calçadas desmanteladas, as paredes grafitadas. Do que nos serve de ter os serviços camarários a apresentar comunicações em fóruns internacionais como se vê na página 23 deste Relatório e da atividade municipal, se não temos a nossa rua limpa. Os Serviços do Departamento de Ambiente da rua Bernardo Francisco da Costa estão a uma escassa dezena de metros de um ecoponto que é o espelho que descrevi. Como é possível que quem faz belas preleções sobre uma Almada sustentável não se confronte todos os dias com tamanha sujeira. Em algumas áreas como é o caso de algumas áreas culturais Almada soube ir buscar exemplos de autarquias bem sucedidas e soube implementar essas ideias adequando-as à nossa realidade. Pois também na limpeza assim deveria ser. Já não ambicionamos a vassoura de ouro que outras cidades ganharam, mas pelo menos uma limpeza que uma qualidade de vida modesta exige. Queremos ser autarquia do lado certo com limpeza compatível com esse orgulho. Queremos deixar de ver os sinais de uma polis que se pretende do turismo com marcas de terceiro mundo. Investir na limpeza urbana é sinal de respeito pelo ambiente. A falta de cuidado gera a falta de cuidado. Se os Municípes se confrontarem com ruas limpas e os espaços ao lado dos contentores bem asseados e sem restos da varredura terão tendência a ser mais cuidadosos nas suas atitudes. Já que temos a Avignon do teatro, porque não temos a Oviedo da limpeza?”

**6.1.2.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Nós estamos a apreciar a atividade municipal dos meses de abril e maio, dois meses, seis meses mais ou menos depois deste Executivo tomar posse, Executivo que tem consciência das dificuldades, das suas limitações, enfim e de se compararmos com a capital do País em que também seríssimos problemas com uma estabilidade de vereação e Presidente percebemos que isto é um bocado transversal a todas as Câmaras, a todos os partidos, portanto queremos obviamente, costuma-se dizer que com o mal dos outros podemos nós, e queremos em Almada melhorar. E de facto esta Assembleia Municipal já foi alertada, já foi informada até pelo Sr. Presidente que também até pela bancada da CDU, que de facto a limpeza, a questão da higiene urbana é um problema sério que tem que ser resolvido. De tal forma que esta Câmara corre o risco de ser penalizada por fazer uma coisa contrária à Lei, que é recrutar cerca de duzentos ou mais trabalhadores, dos quais se a memória não me falha são cento e vinte e muitos para a área da limpeza. O que significa que não há desleixo, o que significa que não estamos a dormir, o que significa que talvez por distração ou por afirmação política partidária se queira trazer para esta Assembleia tudo aquilo que a CDU sabe, tudo aquilo que a CDU tem dito, tudo aquilo que a CDU tem afirmado como prioridade no nosso trabalho. Mas enfim eu creio que se calhar efetivamente o Sr. Presidente tem que acrescentar nos seus outdoors outro tipo de informação. E já agora um comentário àquilo que o Sr. Deputado Nuno Matias diz, nada melhor do que a transparência das opções de gestão do município. Nada melhor do que efetivamente assumir a transparência da gestão e das opções de gestão que uma Câmara tem. E de facto quero dizer que é absolutamente fundamental para a necessidade dos cidadãos que a EGF não seja privatizada. Isto também se prende até com esta visão catastrófica de Almada sobre esta coisa horrível que todos os dias a tropeçar no lixo uns dos outros. É verdade, temos que melhorar, é verdade que a Câmara já se pronunciou, é verdade que a CDU já assumiu, aliás o Sr. Deputado do CDS



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

falou aqui há bocado da Comissão que o Sr. participa, efetivamente foi também informado na Comissão que a questão da limpeza é uma prioridade no âmbito da qualificação do território e para digamos a qualidade de vida das pessoas. Também consideramos que não sendo uma área específica da ação social mas também acaba por ter reflexos. E portanto discutir política sim, discutir, levantar problemas, sugestões sim, dentro daquilo que é objetivamente verdade e dentro daquilo que é assumido por esta autarquia como necessidade imperiosa de correção. Mas eu gostava ainda de análise ao documento porque é para isso que é este ponto da Ordem de Trabalhos, eu gostava aqui de referir a questão da necessidade da conclusão das obras de beneficiação e ampliação da Escola Secundária do Monte de Caparica, paradas há mais de dois anos e também a reparação do muro de suporte da Escola Secundária de Fernão Mendes Pinto no Pragal. Isto significa que a Câmara Municipal, e isto é uma atividade da Câmara, nestes dois meses também chegou-se à frente para tentar dentro daquilo que são as suas competências de interferência e de vontade de ultrapassar os problemas já o fez Também gostava de dizer aos Srs. Deputados que também nós subscrevemos que não está acabado de forma nenhuma a melhoria de apresentação do Relatório. Também sabemos isso e também achamos que tem que ser melhorado para a facilitação da leitura, mas creio que as grandes referências têm que ser feitas tendo por base os Planos e Orçamento de cada ano e as concretizações efetivamente daquilo que se vai fazendo ao longo do tempo. Queríamos referir que a questão da gestão do pessoal também nos parece que vem aqui também de uma forma muito clara os esforços no sentido de melhorar a relação do trabalho e de manter os direitos dos trabalhadores e para não perder muito mais tempo, voltar a colocar a questão daquilo que ontem foi afirmado, foi objeto de crítica, porque se acha que gastar dinheiro em relógios é um desperdício e que talvez fosse melhor aproveitado se fosse aplicado de outra forma. Bom, eu acho que esta Câmara Municipal oxalá nos enganemos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

todos e que a política do poder central altere estas penalizações, eu creio que o que nós temos que efetivamente cuidar é de saber se estamos de acordo em que um trabalhador seja premiado por vinte e cinco anos de casa, se sabemos todos que esse prémio não pode ser substituído em dinheiro e se sabemos todos que as remunerações dos trabalhadores da autarquia não depende do Executivo Camarário mas das Leis e das imposições feitas pelo poder central.”

#### 6.1.2.8 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sem ter a ambição de responder a todas as questões que estão colocadas, mas respondendo a algumas que são importantes. Penso que em relação ao licenciamento na hora teremos a oportunidade de enviar aos Srs. Deputados Municipais uma informação atualizada sobre o estado em que está esse processo.

Também poderemos enviar a todos os Srs. Deputados os critérios de atribuição de bolsas de estudo, penso que será mais claro e melhor para todos esse tipo de informação à Assembleia e poderemos naturalmente voltar a eles.

Em relação à questão dos relógios, não vale a pena voltarmos a falar nesse assunto, já foi submetido a votação, o Sr. Presidente da Assembleia já tem, que lhe entreguei há pouco a resposta ao requerimento que foi feito sobre este assunto, e portanto também a resposta será dada para todos, a Assembleia já se pronunciou.

Sobre a Estrada Florestal que fez referência é da responsabilidade, é do ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, nós intervimos na estrada por uma questão de segurança das pessoas como é sabido, e portanto procurar intervir e já voltámos este ano a intervir à nossa custa e enfim, mas a estrada continua a ser do ICNF, do Governo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Em relação às questões da Loja do Cidadão, há uma polémica, como se sabe entre a Associação dos Municípios e o Governo, em relação às questões das Lojas do Cidadão, portanto nós aguardamos que haja um esclarecimento sobre essa matéria. A posição dos Municípios Portugueses até agora é de não aceitar um procedimento que procure transferir para a responsabilidade e para os orçamentos dos Municipais aquilo que é da responsabilidade e deve ser da responsabilidade e do orçamento do Estado, portanto não queremos ser nós a acolher aquilo que resulta da política de encerramento de serviços públicos que o Governo tem vindo a fazer um pouco por todo o País. Mas naturalmente que preocupa-nos os cidadãos, o seu conforto, o seu bem estar e procuraremos sempre encontrar as melhores soluções desde que os princípios fiquem claros e as responsabilidades devidamente assumidas. Pensamos que os Municípios Portugueses nestas como noutras matérias se estão a entender.

Em relação à questão do Presídio. O Presídio como sabem foi adquirido pela Câmara Municipal e por isso assumimos a responsabilidade. Podia não ser assim, podia eventualmente ter sido adquirido na altura por outra entidade, mas pensamos que ele é importante e é estratégico. Infelizmente, enfim aquilo que se tentou fazer ali na base de um protocolo com a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril não tem corrido por incapacidade da própria escola em garantir as condições financeiras para que as obras se realizassem, para que a escola se instalasse, e portanto a Câmara dado a arrastar do processo tem a intenção de assumir essa responsabilidade. Mas a intenção de assumir essa responsabilidade como todos os Srs. Deputados sabem, exige que haja um projeto e que haja um orçamento. É evidente que nós estamos numa situação confortável, mas não estamos numa situação infinitamente confortável. Temos que saber o que é que se vai fazer e o que é que se vai fazendo. Naturalmente temos algumas ideias, temos alguns projetos, em algumas reuniões já





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tenho tido oportunidade de colocar isso aos Srs. Deputados, penso que ainda não estamos numa situação suficientemente madura para podermos enquanto Câmara perante a Assembleia assumir qualquer responsabilidade sobre o projeto que ali vamos construir. Isto não impede que no âmbito das nossas normais relações quer entre partidos, quer entre Deputados e Câmara, se possa falar em coisas que estão em consideração, mas uma coisa é a consideração, uma reunião, e outra coisa é chegar aqui e dizer, nós vamos fazer isto, o calendário vai ser aquele e para depois termos aqui nas próximas Assembleias, enfim, a ser chamados à pedra porque é que você não fez no dia tal, porque é que vocês não fizeram quando vieram aqui dizer que faziam. Portanto, está em maturação assim como outras matérias estão naturalmente em maturação. Mas o projeto é intervir, é qualificar, é qualificar a Trafaria, qualificar aquela área da Trafaria porque é uma porta de entrada de importância estratégica para o desenvolvimento da Trafaria. Assim como há outras áreas onde teremos que intervir, mas a área do Presídio teremos melhores condições justamente porque temos a propriedade daquele património.

Em relação ao lixo, este assunto já tem sido sobejamente tratado. O lixo, as ervas, os buracos estão mais do que assumidos pela Câmara Municipal. Eu volto a dizer o que já tenho dito. Há uma primeira razão para aquilo que aconteceu. Não vamos fugir, eu não sei se foi do Governo da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal que foi a responsabilidade, ou nasceram as responsabilidades nas limitações da contratação do pessoal para a administração pública, não sei se foi no Governo de Sócrates, não me lembro, 2008, até foi de um Governo da Sr.<sup>a</sup> Deputada ou de um partido que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui representa que veio a limitação da contratação de pessoal para a administração pública, e daí resultou uma situação lamentável, de facto, o nosso corpo de funcionários para exercer essa tarefa está fortemente enfraquecida. Nós temos que fazer uma contratação de cento e vinte ou cento e trinta, cento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

e quarenta trabalhadores para trabalhos de cantoneiros de limpeza. Uma situação dramática, nós para os trinta, quarenta lugares que abrimos e que desejávamos que já estivessem em funções, tivemos em concurso seiscentos e quarenta candidatos. Como temos que ir a concurso, o concurso vai-se arrastar e provavelmente segundo a informação ontem da Sr.<sup>a</sup> Diretora de Departamento não estará terminado antes de setembro/outubro. Foram dadas indicações aos serviços na sequência de uma visita que eu e os Srs. Vereadores fizeram a várias Freguesias, para fazerem contratos outsourcing se fosse necessário para responder. E são essas as indicações. Alguns terão que ser feitos com concursos, ajustes diretos, essas coisas todas que demoram tempo, não funcionam só para a areia da Costa da Caparica, funcionam para as outras coisas todas. E portanto, também nós estamos obrigados a esses processos de concurso. Felizmente que a informação que podemos dar sobre a areia da Costa da Caparica, é de que ontem ou hoje começaram a pôr os tubos e pensa-se que antes do fim do mês começará a reposição das areias da Costa. É uma grande vitória da nossa população, das autarquias, de todos aqueles que se interessaram e naturalmente sublinhar o esforço daqueles que também na APA e noutras instituições procuraram fazer o melhor, até por no próprio Governo é preciso reconhecer que embora com sensibilidades diferentes, mas que foi possível, graças à nossa ação, encontrar também eco e que as coisas não se arrastassem como em determinada altura parecia que estava tudo perdido. Mas não. Voltando à questão do lixo é isso que lhe posso dizer, o lixo e as ervas. Nós agora não temos só o problema do pagamento dos danos nas viaturas por causa dos buracos na estrada, nós agora estamos a ter também o problema dos danos nas viaturas por causa das roçadoras que coram as ervas. Apareceu nas últimas semanas porque se está a fazer um esforço nesse sentido, já hoje dei autorização de pagamento a três ou quatro viaturas danificadas por causa da projeção de pedras das roçadoras que estão a fazer corte de ervas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Portanto está-se a trabalhar e está-se a trabalhar no sentido de rapidamente ultrapassarmos as questões.

Relativamente aos ecopontos o nosso esforço é que as coisas melhorem, este assunto já se arrasta há muito tempo, é que as coisas melhorem nesse sentido, é uma responsabilidade da AMARSUL. A AMARSUL por exemplo desejava que nós autorizássemos o encerramento das atividades da AMARSUL ao domingo. Aquilo que tem sido a posição da Câmara e que enquanto houver queixas dos nossos Municípios relacionadas com o lixo e com os ecopontos, não autorizamos o encerramento nenhum. E portanto a AMARSUL funciona ao domingo só por causa da Câmara Municipal de Almada e justamente para procurarmos reparar os problemas que existem em relação aos ecopontos.

A recolha dos monos da responsabilidade das Freguesias, é verdade também nesse aspeto tivemos o problema com a avaria de viaturas, na Charneca, na Caparica-Trafaria, temos aí problemas sérios com isto e estão dadas indicações para se fazer a contratação de viaturas ou de empresas para se fazer esse trabalho.

Em relação às questões, duas ou três questões que considero que não poderia deixar de referir. Uma tem a ver com a questão da AMARSUL e o cartaz que está no Centro Sul. Repare-se que é uma situação particular aquela que se passa com a AMARSUL, já ontem fiz referência a isso. A privatização da AMARSUL é retirar à população de Almada a possibilidade de fazer o controlo ela diretamente com plena responsabilidade daquilo que nos é hoje exigido, que é o assegurarmos a salubridade urbana. Pensamos que a população deve ter sempre o direito e sempre a possibilidade de intervir de uma forma muito próxima em relação àquilo que está na raiz também do próprio poder local que são as questões da saúde pública e da salubridade. E nesse sentido a questão de se retirar para além do processo da privatização económica ou ideológica ou aquilo que lhe queiram chamar, mas também é



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ideológico que se retire às populações aquilo que durante anos foi até um fator de aproximação das populações para a resolução de um problema central que era o problema de saúde pública. Portanto, esta questão nós não ligamos porque hoje não há a cólera, hoje não estamos com esses problemas que se tinha no início do século passado ainda, ou no final do outro século anterior ainda. Na cidade do Porto por exemplo havia cólera e mesmo durante o século XX houve um pequeno período em que também houve um surto de cólera, e naturalmente associado a estes fenómenos ligados com o lixo e com as questões da salubridade, é uma questão da máxima importância que as populações possam controlar a sua saúde pública e que detenham os instrumentos e os meios para fazer esse controle e executar as políticas que desejam em relação a essas matérias. E nós temos o dever de o fazer, assim como por exemplo já termos sido solicitados para colocar um cartaz e os termos eram estas, “o Governo pretende retirar aos almadenses cinco milhões e oitocentos mil euros no âmbito da chamada política do FAM”. Até diziam “roubar aos almadenses cinco milhões e oitocentos mil euros”. Seria legítimo pôr um cartaz a alertar os almadenses que há um projeto do Governo que pretende retirar se for levado a cabo cinco milhões e oitocentos mil euros nos próximos cinco anos. É legítimo ou não que se informe a população? Isto é política ou é transparência? Os cinco milhões e oitocentos mil euros tirados à população de Almada? Não, nós não aceitamos isso. É muito bem gasto que se informe a população quando se lhe quer tirar cinco milhões e oitocentos mil euros, fazem muita falta justamente para concretizarmos políticas que os Srs. todos defendem aqui nesta sala. Precisamos muito desse dinheiro, precisamos naturalmente sempre gerir melhor e procurar gerir melhor. Mas precisamos de ser claros em relação a estas matérias e nós queremos ser claros sobre isto, sobretudo quando nos querem tirar os nossos recursos, são os recursos dos almadenses, custam muito a ganhar e custam muito depois a que eles sejam geridos pelo seu próprio Município ou pela



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

sua própria Freguesia. Discutimos muito sobre isto, sobre a forma como gerimos o dinheiro. Mas para podermos ter razão para discutir é preciso que o dinheiro esteja do lado de cá, se ele estiver do lado de lá, não está. Sobre isso nada podemos fazer. Valha a nossa discussão democrática sobre a forma como gastamos o dinheiro que temos, mais vale isso do que não ter dinheiro.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Alexandre, acho que não leu bem o documento que lhe fizeram chegar. Não leu bem o documento e penso que não nos ajuda uma visão catastrofista sobre o problema da emergência. Aliás, se leu com atenção, há um imenso trabalho que está a ser feito em relação a essa matéria. Nesta matéria como noutras, aquilo que lhe foi transmitido e que a Sr.<sup>a</sup> teve a oportunidade de ler, aliás como os Srs. Deputados tiveram com certeza a oportunidade de ler, porque foi enviado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com certeza que esse documento lhe foi enviado, foi-lhe enviado tal e qual como chegou do responsável pela Proteção Civil, com a transparência e a crueza das palavras. Mas dizemos que temos um Plano de Emergência que está desatualizado, que foi feito no ano 2000, não quer dizer que nós não tenhamos nada, porque ali o que se diz é que se reconhece que aquele Plano existindo está ultrapassado, que colocando na Internet esse Plano como sendo um Plano que corresponda à legislação e às normas que atualmente estão em vigor não será benéfico, que em alternativa é preferível colocar-se todo um conjunto de medidas e de normas que entretanto foram sendo adquiridas ao longo do tempo que ainda não constituem um Plano coerente mas que já é alguma coisa. E informar, estamos a trabalhar para a construção do novo Plano que até são dadas datas relacionadas ao processo de elaboração do Plano, a versão final do documento está em fase de conclusão, espera-se que a versão pública do mesmo possa ser aprovada pela Comissão de Proteção Civil Municipal durante o terceiro trimestre de 2014, para de seguida ser submetido ao processo de recolha de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

contributos por parte da população através de consulta pública e fóruns de participação. Porque é assim que se fazem os planos com esta dimensão. Diz-se também que a dimensão das catástrofes que aqui foram referidas dos tsunamis e os sismos exigem medidas ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, e em relação ao qual teremos que estar articulados. Não é só uma questão de Almada, é uma questão da própria região. E são referidos que para efeitos de consulta no âmbito dos Planos de segunda geração podem ser consultadas a Parte 1- Enquadramento do Plano Geral, isto está na Internet, da Parte 2- Organização da Resposta, Parte 3- Organização da Resposta e a Secção 1, da Parte 4- Informação Complementar dos Planos de Emergência Externos, já aprovados e disponíveis pois contém muita informação que também será disponibilizada no Plano com a devida atualização. Portanto não estamos aqui ao abandono, uma situação em que o assunto está esquecido, pelo contrário, há uma assunção completa e responsável desta situação. E estamos a trabalhar, não estamos completamente desguarnecidos, não, temos uma Equipa de Proteção Civil e não temos uma situação de desarticulação entre os vários agentes que devem intervir na Proteção Civil. A nossa relação com os agentes sejam Bombeiros, sejam Forças de Segurança tem sido considerada de grande nível pela próprias Forças de Segurança e pelas próprias Forças da Proteção Civil em qualquer lado em que nos encontremos, desde as reuniões que fazamos com os Bombeiros, as reuniões que fazamos com a PSP, com a GNR e com as diversas instituições. Estamos satisfeitos? Não. Que é necessário levar até ao fim este trabalho? É. Mas estamos a fazer esse caminho. Portanto, penso que seria injusto ficarmos com uma ideia de que estamos completamente desguarnecidos, deixarmo-nos abandonados. Pelo contrário, estamos a trabalhar, temos alguma coisa que foi feita no ano 2000, que necessita de ser atualizada, há instrumentos de proteção que já podem ser



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

atualizados e brevemente com certeza todos responsabilmente teremos o nosso Plano de Emergência.

Era esta a ideia que para já em relação a esta matéria gostava com que se ficasse.”

**6.1.2.9** - O Sr. Deputado Municipal José Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que há a assinalar um aspeto positivo nas intervenções da Câmara, particularmente do Sr. Presidente da Câmara. É que ao contrário daquilo a que estávamos habituados em mandatos anteriores, e refiro, sublinho é do conhecimento de todos, mas deve-se sempre sublinhar, o Executivo atual não é um Executivo novo no sentido de ser um Executivo em rutura com o Executivo anterior, é um Executivo de continuidade e portanto não se pode dizer que relativamente ao que existe no Concelho, aos aspetos positivos e aos aspetos negativos não têm méritos nem responsabilidades, têm méritos e têm responsabilidades. E relativamente aos aspetos que são menos positivos as responsabilidades devem ser sublinhadas, nós assinalamos como positiva a postura do Sr. Presidente da Câmara que aceita que as coisas não estão bem e que devem ser corrigidas. É de facto o primeiro passo para que os problemas possam ser resolvidos, é com alguma humildade reconhecer que as coisas não estão bem e que podem ser corrigidas.

Relativamente à limpeza urbana é verdade que essa postura é adequada, eu digo-lhe que eu geralmente não gosto de citar a minha situação pessoal, mas como estamos na Charneca e eu sou morador na Charneca não tenho problema de dizer que há quinze anos que moro na Quinta da Barriga que é uma urbanização que não é génese ilegal, é uma urbanização planeada, com tudo legal, quando fui para lá, licença de habitação tudo regularizado e se o Sr. Presidente um dia quiser visitar a minha humilde choupana eu mostro-lhe tudo o que se passa à volta em termos de limpeza, em termos de ecopontos, em termos de ervas nos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

passeios, em termos de remate urbano e o Sr. Presidente reconhecerá que no meu caso não é particularmente relevante, mas todos os meus vizinhos, todos os moradores daquela zona não podem estar satisfeitos com o trabalho realizado até agora e exigem mais. Portanto, quando aqui se colocam os problemas, não se colocam os problemas em abstrato, nem em função de uma má vontade do Partido Socialista relativamente ao trabalho da autarquia, trata-se de vivências, de experiências, de conhecimento concreto que é aqui trazido numa perspetiva também obviamente que somos partidos políticos diferentes e frisamos de facto aquilo que nos separa, mas também intervimos no sentido de que as situações sejam resolvidas e que as populações possam ganhar com isso.

No que diz respeito ao Plano Municipal de Emergência, de facto eu gostava de sublinhar que a intervenção que foi feita por escrito pela minha Camarada Odete Alexandre em matéria de facto, nos aspetos que são referidos não diverge em nada da informação que foi dada pelo responsável da segurança municipal. Nem diverge em nada da informação que da intervenção que o Sr. Presidente agora aqui fez. As apreciações políticas que fazemos relativamente à matéria são da nossa responsabilidade, os factos são absolutamente transparentes. A Câmara de Almada, o Município de Almada está atrasado, os níveis de proteção adequados não estão garantidos e tem de haver um esforço muito importante, muito intenso, muito atuante para que esta situação possa ser ultrapassada com brevidade. E eu friso, não é possível ultrapassar os aspetos em que estamos atrasados se não reconhecermos esse atraso e se não nos empenharmos em superá-lo.”

**6.1.2.10** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando estamos atrasados estamos atrasados, o desejável era que as coisas já estivessem feitas e a gente pode interpretar isto, se é desejável que já estivesse feito então estamos





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

atrasados. Admito que essa interpretação possa ser usada. Mas convém não dramatizar este aspeto, nós não temos a sensação que de facto estamos atrasados. Temos a sensação de que há todo um procedimento que é necessário fazer para que se chegue ao Plano Municipal de Emergência e que estamos a percorrer todos esses passos. É como disse, no próximo trimestre estaremos em condições, tempos legais diz aqui o responsável operacional pela Proteção Civil. O responsável pela Proteção Civil é o Presidente da Câmara, mas essa responsabilidade está delegada no Sr. Vereador Rui Jorge e portanto como ele diz há tempos legais que cumprir e temos vindo a cumpri-los. Naturalmente podíamos dizer, mas podíamos ter começado em 2004 ou em 2005 ou 2006, é sempre possível falar nisso, mas enfim, as condições e a realidade é outra.”

**6.1.2.11** - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só uma ou duas notas, porque me parece muito importante que estas questões não fiquem na dúvida, porque tem a ver com a segurança de todos, tem a ver com as pessoas sentirem-se mais ou menos inseguras e poderão haver aqui questões que possam estar mal conhecidas. Há uma Lei de Bases que foi aprovada e que vem alterar completamente a estrutura dos Planos Municipais de Emergência. Portanto, alteraram completamente e no momento a seguir, uns meses, um ano, não consigo dizer com certeza, foi desencadeado o processo de aquisição de uma prestação de serviços para a concretização deste procedimento que tem que assentar num conjunto de bases que tem a ver nomeadamente com o sistema de informação geográfica do Município. O sistema de informação geográfica do Município que está feito, está feito nos SMAS pelos SMAS, tem que ser homologado por uma entidade nacional que tem esta competência o Instituto de Cadastro, tem que homologar e demorou, demorou e foi finalmente homologado e enquanto esta homologação não veio não era



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

possível desencadear mais nada do Plano Municipal de Emergência. Entretanto decorreram um conjunto de outros Planos de Emergência Externos, com níveis de perigosidade elevadas que foram feitos pelo Município, não são planos das empresas, as empresas têm planos de emergência internos, que são feitos por eles. O que está aqui dito neste documento que foi entregue, é que existem os Planos de Emergência Externos das empresas que foram feitos pelo Município que no fundamental das suas partes, nas partes onde os pontos de concentração e reserva, um conjunto de aspetos que estão devidamente nos vários cadernos que estão aqui identificados são rigorosamente os mesmos que depois vão assentar no Plano de Emergência Municipal. Portanto, tudo isto existe. Para além disso Almada está integrada na Área Metropolitana de Lisboa, como calcula se houver um sismo os nossos Bombeiros, os nossos Polícias, tudo isto está preocupado é em ir para casa ver se a família está bem, portanto, não é esta estrutura que vai desencadear nenhum processo na Área Metropolitana de Lisboa, só um Município que se espelhe connosco no caso é Montemor-o-Novo, creio eu, que tem que intervir que já está fora da Área de afetação de um eventual sismo. E portanto, todo esse processo está integrado ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, existe, está devidamente estudado e ninguém vai ver cadernos na altura de haver um sismo, isto tem que estar em funcionamento, por isso é que nós temos exercícios ao vivo, temos tido também formação ao nível das escolas primárias como já aqui foi dito, temos ido a todas as escolas primárias do Concelho no sentido de dinamizar junto das crianças, dos professores que também possam transmitir isso para os pais, lançámos este ano a semana da proteção civil que teve uma afluência bastante grande, onde foram levantadas todas estas preocupações. Portanto, todo o processo não está dependente de um Plano de Emergência Externo, nem estamos em insegurança pelo facto de não estar aprovado, que vai ter que ser aprovado pela Comissão Nacional da Proteção Civil. Depois de todo este processo vai haver a Comissão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Municipal terá que aprovar como está aqui dito, quando todo este processo estiver completado tem que ser colocado em consulta pública e terá que ser no final aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil. Portanto é um processo que vai demorar não sei quanto tempo, mas são os tempos legais que tem que demorar obrigatoriamente. Agora, não fica vazio nenhum em termos de segurança, em termos das competências próprias da Proteção Civil elas estão devidamente asseguradas e não há qualquer tipo de preocupação a este nível.”

**6.1.2.12** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tudo isso que acabou de dizer eu estou ciente disso, eu tive o cuidado de me informar, de ler os documentos, li o Plano de Emergência da Área Metropolitana de Lisboa, eu fui, felizmente tenho tempo, posso dar-me a esse luxo de me informar suficientemente sobre as coisas. O que eu lhe digo é que se o Plano terminar a sua feitura no terceiro trimestre de 2014, antes de 2016 não temos um Plano, não temos porque o que foi aprovado em 2000 demorou dois anos nessas démarches que o Sr. Vereador acabou de referir. Portanto, eu tenho consciência que vamos ter dois anos praticamente, mas eu já nem digo dois anos, digo ano e meio na melhor das hipóteses para conseguirmos ter um Plano de facto exequível e que esteja aprovado, que tenha seguido todos os passos, todas as etapas que estão previstas na legislação. Não tenho dúvida disso. Mas há uma coisa que eu já tinha perguntado na Sessão anterior e volto a perguntar, se houver uma catástrofe neste momento onde é que as pessoas se encontram? Compreende a minha preocupação? Onde é que as pessoas se vão encontrar? As pessoas têm que ter pontos críticos onde se podem encontrar, porque as pessoas podem correr desordenadamente ao encontro da morte, as pessoas perdem completamente a cabeça numa situação dessas. E quem já viveu um sismo,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

provavelmente não é o caso do Sr. Vereador porque é um rapaz ainda muito jovem, mas o Sr. Presidente da Câmara provavelmente lembra-se do de 69, deixou as pessoas em pânico, é isso mesmo que eu pretendo é que Almada seja uma cidade que possamos dizer, temos a segurança de saber que naquele sítio nós nos encontramos todos e as Forças de Segurança estão lá e os médicos e as ambulâncias, etc., estão ali. Porque há um outro dado que não foi aqui mencionado, mas que eu penso que é preocupante, é que a falha sísmica passa no Pragal e metade da população de Almada fica do lado de cá da falha sísmica, porque se houver uma catástrofe à seria aquela falha sísmica abre ali um fosso e nós não conseguimos passar para o Hospital, quem estiver do lado de cá não consegue passar para o lado de lá, porque é completamente impossível. Está a compreender? Isto causa muito pânico nas pessoas, é preciso ter em atenção isso. E eu quando estou, embora o Sr. Vereador possa pensar que isto é uma bandeirinha que eu estou aqui a agitar, não é, não é uma bandeirinha que eu estou a agitar, eu estou apenas preocupada com a segurança das pessoas e a minha própria segurança evidentemente. Evidentemente a minha também.”

#### 6.1.2.13 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mas voltamos a dizer, procurei há pouco transmitir esta ideia, nós não estamos numa situação de vazio, eu há quatro anos, talvez ou três anos, houve um ensaio aqui numa situação de sismo, era na altura Presidente da Assembleia Municipal do Seixal e tive que acompanhar esse processo e até fiquei a saber uma coisa interessante que provavelmente coincide com aquilo que a Sr.<sup>a</sup> diz, é porque é que os sinistrados do Seixal tinham que ir para o Barreiro? Justamente porque não teriam acesso, naquela simulação não teriam acesso ao Garcia de Orta. E essa questão por exemplo tem sido colocada ao Sr. Ministro da Saúde justamente para fundamentar a importância do Hospital do Seixal, por exemplo. Mas até agora



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

parece que não tem havido sensibilidade em relação a essa pequena questão. Mas em relação a isto estava-me a dizer o Sr. Vereador e eu verifiquei nesse ensaio, que as Forças de Proteção Civil têm um mecanismo que existe e que naturalmente nessa situação entrará em ação, nós não estamos na situação zero em relação a essa matéria. Portanto, haverá com certeza e será divulgado, se infelizmente isso viesse a ocorrer, serão divulgados e seriam acionados esses mecanismos, seriam informadas as pessoas onde é que se devem dirigir. Portanto esses procedimentos existem.

Agora volto a dizer, não estamos na situação zero, não se fique com essa ideia de que nós em Almada estamos numa situação particular e de negligência em relação a esse assunto. Essa parte é que nós naturalmente não acompanhamos, nós não estamos numa situação de negligência em relação a isso, estamos a fazer o esforço para com maior rapidez possível estarmos ao nível daquilo que de melhor se faça em relação a essa matéria. Mas o estar ou melhor, não quer dizer que não estamos aqui já num nível que nos permita garantir a segurança dos cidadãos em relação àquilo que é essencial. De qualquer maneira obrigado pela sua preocupação.”

#### 6.1.2.14 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tirava uma conclusão, é que me vou empenhar para que haja uma reunião de trabalho sobre a Proteção Civil, em que os Srs. Deputados Municipais serão convidados a melhor conhecer quais são as medidas de proteção civil, porque já no mandato anterior fizemos um debate e uma visita, reunimos com a Proteção Civil e nos foi transmitido qual era o desenvolvimento do processo, porque é que o processo tinha sido entravado e porque é que o processo não andava mais depressa. Mas podemos novamente, é um novo mandato e penso que ganhamos todos se fizermos esta reunião. Eu vou-me empenhar com o Sr.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Presidente da Câmara e com o Sr. Vereador Rui Jorge para que se faça uma reunião de trabalho para se aprofundar esta matéria.”

6.1.3 - Não havendo mais pedidos de palavra foi dada como apreciada a atividade municipal.

6.2 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N<sup>os</sup> 31/XI-1<sup>o</sup>, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 15/01/2014, sobre a “Prorrogação da suspensão parcial do PDMA, incidindo sobre o disposto no n<sup>o</sup> 1, do artigo 112<sup>o</sup>, do Regulamento do Plano Diretor de Almada e das respetivas Medidas Preventivas por mais um ano”, (**Conforme Anexo XXIX**).

6.2.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria, já esteve no anterior mandato a ser submetida à Assembleia, é uma alteração ao Plano Diretor Municipal em relação ao qual a CCDR tinha manifestado o seu acordo e que visava permitir ou estimular a instalação de empresas de caráter tecnológico na área do Monte da Caparica. Portanto, aquilo que se pretende é por razões de prazo, é que seja mantido essa alteração e que portanto as coisas como sabem fruto da evolução da situação económica não tem sido favorável aos fins a que se propõe esta alteração, mas naturalmente ela continua a ser necessária, portanto é uma forma de encorajamento ao desenvolvimento e robustecimento do nosso tecido empresarial nesta área tão necessária, tão sensível como todos reconhecem e para o qual o nosso Município tem particulares potencialidades até pela proximidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.2.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Sérgio Bastos, Carlos Guedes, e o Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.2.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PSD sobre esta matéria, mesmo quando foi discutida da primeira vez esta matéria, apoiou e acompanhou, não só os objetivos mas também aquilo que é uma visão que deve existir sobre aquele território de desenvolvimento de atividade económica. Não só pela proximidade ao centro de saber e de conhecimento que representa a Faculdade de Ciências e Tecnologia, mas também aquilo que é uma oportunidade de território envolvente que deve ser potenciado e deve ser aproveitado. E portanto desde o início e desde há muito tempo, não só entendemos que era fundamental criar alguns instrumentos que ajudem a potenciar esta ambição, que deve ser pensado um conjunto de medidas que devam facilitar e criar mais fatores de atração de investimento para aquele território. Entendemos que a experiência que existe hoje em dia com o Madan Parque é positiva, mas não é suficiente e a questão que gostaríamos de deixar sem pôr em causa a proposta, porque a acompanhamos como acompanhámos no início, é qual é o objetivo e o calendário de ação em relação a esta matéria, porque quando aqui na proposta é alinhavado a necessidade de delimitar uma unidade de execução no Monte da Caparica em relação a esta proposta em relação a este objetivo, nós concordamos. Agora, qual é a ambição da Câmara, que meios é que vai colocar no terreno para executar, porque nós sabemos que esta suspensão é meritória pelo objetivo que encerra, mas tem que ser ambiciosa nos passos que a Câmara tem que dar para demonstrar que aquele território está à disposição de futuros investidores. Bom, do lado do PSD é claro, é público desde há muito tempo, nós entendemos que deve ser potenciado



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

naquele território uma infraestrutura objetiva e física que nós apelidamos do Parque Tecnológico e Empresarial da Caparica. E entendemos nós que a Câmara deve ser o motor desse património e dessa mais valia e dessa vantagem competitiva que atrai empresas, que crie emprego, que reproduza riqueza e portanto não deixando de saudar que se manifesta mais uma vez com esta proposta a intenção de atrair empresas, não pomos em causa e acompanharemos com o voto favorável, era importante perceber que uma vez que esta primeira autorização data de 03 de outubro de 2011, o que é que a Câmara entretanto pensou, planeou, está a pensar executar e com que calendário é que vai ser concretizado, porque corremos o risco desta prorrogação de mais um ano levar a que daqui a um ano estejamos aqui a perguntar porque é que neste tempo não se conseguiu concretizar nada para aquele território que para nós é essencial, é vital e pode ser também estruturante para o desenvolvimento económico do Concelho.”

#### 6.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No seguimento um pouco daquilo que foi a intervenção também do Sr. Deputado Nuno Matias, eu tinha aqui um conjunto de questões também a levantar, porque o Partido Socialista tem vindo a acompanhar esta questão da suspensão parcial do PDM na zona do Monte da Caparica desde março de 2009, se não me engano, foi quando esta questão foi a primeira vez colocada. Nós da primeira vez até colocámos a questão do ponto de vista procedimental, essa questão veio posteriormente a ser corrigida naquilo que era necessidade de um parecer da CCDR, mas passando à frente. Em outubro quando esta questão veio à Assembleia Municipal a maioria da CDU disse que aprovava esta suspensão parcial do PDM para acelerar a instalação de empresas de base tecnológica no Monte da Caparica. Ora nós não podemos estar mais de acordo com este objetivo da instalação de empresas de base





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tecnológica no Monte da Caparica, mas já na altura tínhamos questionado qual o motivo que levava a esta suspensão parcial do PDM, porque não encontrávamos fundamentação para esta suspensão parcial do PDM. E quero aqui recordar que na Assembleia Municipal onde esta questão foi discutida e passo a citar, foi a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal que tem responsabilidades nesta área que respondeu, que disse o seguinte, depois em seguida queremos dizer de uma forma ligeira, não são muito concretas as medidas preventivas, são muito concretas, são muito objetivas, “a suspensão deverá ocorrer até à Revisão do PDM de Almada num prazo máximo de dois anos”. Isto é, se durante os dois anos que vão daqui até à Revisão do PDM nada acontecer, a partir daí é no quadro da Revisão do PDM, caso ainda não esteja fechado. Portanto esta suspensão deve ter efeito e passa a vigorar aquilo que estava anteriormente. Isto que fique claro. Se a Revisão do PDM não se fechar daqui até dois anos passados, esta suspensão deixa de ter efeito. Ou seja, o que foi afirmado há dois anos, era que esta suspensão parcial do PDM era até à revisão que terminaria num prazo de dois anos, uma vez que o PDM retornaria por assim dizer à figura legal do PDM. A questão que eu ponho aqui é, em que estado é que está o PDM que não permitiu a que a suspensão parcial do PDM cessasse e voltasse a entrar em vigor o instrumento de gestão territorial neste caso o PDM de Almada.”

#### 6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como já foi aqui dito, esta questão foi discutida nesta Assembleia em 2011. Em 2011 o Bloco de Esquerda votou contra e apresentou a sua argumentação e levantou uma série de dúvidas e assinalou a importância de avançarmos com o processo de Revisão do PDM que não tem avançado e que continua a não avançar nos dois anos, três quase que já passaram desde outubro de 2011. Nesse sentido o Bloco de Esquerda reafirma aqui, não acompanhou



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

esta necessidade em 2011, continua a não acompanhar em 2014, continuamos a entender que o PDM é um instrumento valioso na promoção da coesão territorial, na coesão social e entendemos que é urgente avançar com a revisão do PDM em Almada, mas continuamos a não acompanhar esta necessidade que como já foi dito aqui a citação que eu ia fazer era a mesma, as palavras da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal. Dois anos passaram, dois anos que nada mudaram, a crise social e económica agravou-se e portanto entendemos que a prioridade é outra e é a Revisão do PDM como participação ativa democrática das cidadãs e dos cidadãos almadenses.”

**6.2.2.4** - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De facto, tenho como muitos dos que aqui estão memória deste processo que se iniciou até comigo em Vereador do Urbanismo, ainda na parte do ano 2009. O objetivo que todos consensualizámos é de que precisávamos de dar oportunidade de fixação de empresas de base tecnológica naquele território que é um território de grande atratividade e pelas razões que conhecemos, a proximidade à Universidade, mas também o dinamismo que pretendemos sempre imprimir no Madan Parque, e havia do ponto de vista formal um obstáculo que tinha sido consagrado do ponto de vista do Plano Diretor Municipal que era penalizador deste território comparativamente com outros territórios. Para este território impunha o Regulamento do Plano Diretor Municipal a obrigação de elaboração prévia de um Plano de Pormenor. Sabemos nós agora que estamos com muitos anos de ordenamento do território, que os Planos de Pormenor deveriam ser instrumentos de gestão cuja elaboração fosse rápida, mas sabemos que isso não é assim, pelo menos em Portugal, não é assim e que elaborar um Plano de Pormenor significa muitos anos de articulação com as várias entidades e é um esforço imenso que os Municípios desenvolvem para ter estes instrumentos de gestão. E



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

portanto a decisão que a nossa Câmara e a nossa Assembleia Municipal tomaram e bem na altura, foi retirar este obstáculo de exigência de um Plano de Pormenor para este território, no sentido de ser um facilitador das dinâmicas económicas, das dinâmicas empresariais, que encontra naquele espaço objetivo de fixação e dinamização desse processo. Portanto, os objetivos foram esses, permanecem esses e do ponto de vista das dinâmicas empresariais é que as coisas não correram tão bem como naturalmente se pretendia e se conseguia antever no ano de 2009. Portanto o que temos feito nos anos seguintes é prolongar esta suspensão do Regulamento do Plano Diretor Municipal, naturalmente para continuar a diligenciar no sentido da sua promoção e do seu desenvolvimento. É importante quando se relaciona com a Revisão do PDM relacionarmo-nos também com o estado dos Planos Regionais designadamente o PROT da Área Metropolitana. Sabemos todos que a primeira alteração do PROT da Área Metropolitana ainda no tempo dos Governos do Partido Socialista foi um objetivo mantendo o PROT 2002, mas adaptando às novas circunstâncias não chegou a ter luz do dia, e logo a seguir foi transformado num objetivo de Revisão do PROT da Área Metropolitana. E a verdade é que passados estes anos todos, estamos em 2014, ainda não há PROT Regional e não havendo PROT Regional congela naturalmente as revisões dos Planos Diretores Municipais. Porque só faz sentido pensar em ordenamento, pensando em instrumentos que se articulam e que são coerentes. E naturalmente todos sabemos que nos últimos anos passaram por recuos significativos, por exemplo relativamente à Região de Setúbal, é que quer o PROT em vigor, quer a fase de alteração do PROT e ainda uma parte da revisão, consagraram para o território da Península de Setúbal grandes infraestruturas e grandes investimentos que naturalmente teriam que ser assimilados por parte dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais. E portanto aqui também não há uma especificidade de Almada, há uma situação regional e nacional que condiciona o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desenvolvimento dos instrumentos de gestão do território. Naturalmente que nós estamos até atentos e pretendemos desenvolver o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal. Tem sido assumido pelo Sr. Presidente e a Vereadora Amélia Pardal que pretendemos fazê-lo, naturalmente com aquela estratégia que é a nossa de envolvimento com as instituições e a população do Concelho, e iremos dar dimensão a esse nosso trabalho neste mandato. Mas há aqui condicionantes que gostava de naturalmente trazer para a discussão, porque são condicionantes de ordem de política nacional e regional que naturalmente condicionam. Esta proposta que aqui está é naturalmente para não deixarmos perder alguma oportunidade que surja, do ponto de vista da localização de empresas para aquele território e a nossa Vereadora Amélia Pardal informou quando a proposta passou na reunião de Câmara, teve discussão na reunião de Câmara, informou que há desenvolvimentos no trabalho relativamente àquele território, porque aquele território também tem, uma parte dele tem proprietários e portanto têm expetativas, não é só território expetante relativamente a terceiros, há também expetativas de quem lá está posicionado em área de influência da área de investigação e desenvolvimento e portanto há trabalho feito e haverá com certeza também uma expetativa de que algo aconteça no novo prazo. Enfim, podemos ser mais voluntaristas ou menos voluntaristas, pensar que se resolve de uma vez só, ou tal como a vida demonstrou, é preciso ir continuando a acompanhar e continuando a gerir.”

**6.2.3** - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta N<sup>os</sup> 31/XI-1<sup>o</sup>, que foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PSD), três votos contra (de eleitos do BE e do CDS-PP) e onze abstenções (de eleitos do PS,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), através da seguinte deliberação:

#### Deliberação

Atenta a necessidade de consolidar a centralidade metropolitana do Concelho de Almada assim como o seu papel no contexto regional, nacional e internacional através da afirmação, nomeadamente, da sua especificidade ao nível da Investigação, Inovação e Tecnologia e enquanto Centro Universitário, bom como ao nível do turismo e do lazer, o Plano Diretor Municipal de Almada define como um dos seus objetivos estratégicos o pleno desenvolvimento de novas indústrias de base tecnológica como meio de diversificação e enriquecimento da base económica e da criação de bolsas de emprego altamente especializado.

No entanto para a concretização de atividades de Investigação e Desenvolvimento obriga o PDMA a existência de Plano de Pormenor o que é deveras dificultada pelo quadro legal complexo e muito moroso, o que limita a plena e desejável eficácia, celeridade e operacionalidade o que determinou que para o eixo de elevado potencial de desenvolvimento no eixo do Monte de Caparica - Almada os Órgãos do Município deliberassem suspender parcialmente o disposto no nº 1, do artigo 112º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal e assim desobrigar a existência de Plano de Pormenor.

A referida deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal terminou a sua vigência em fevereiro de 2014, mas nos termos legais pode ser prorrogada por mais um ano.

Tendo em consideração que os trabalhos em desenvolvimento para a delimitação de uma Unidade de Execução no Monte de Caparica, ao abrigo do artigo 119º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, assim como a Revisão do Plano Diretor Municipal,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

ambos em curso, não estarão concluídos até ao termo da vigência das medidas preventivas.

Considerando também que permanece atual e estratégico o objetivo de concretização dos espaços de Investigação e Desenvolvimento como meio de diversificação e enriquecimento da base económica do Concelho.

Considerando ainda o parecer vinculativo favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo à prorrogação da suspensão.

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do nº2, alínea b), artigo 100º, e do nº 9, do artigo 112º, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, e no nº 1, alíneas h) e r), do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada, aprova a prorrogação da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Almada - PDMA, que incide sobre o disposto no nº 1, do artigo 112º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal e das respetivas Medidas Preventivas por mais 1 (um) ano, nos precisos termos da deliberação camarária de 15/01/2014.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 32/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/06/2014, sobre a “nomeação de Fiscal Único da ECALMA, EM, para o mandato 2013-2017”, (**Conforme Anexo XXX**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A proposta foi distribuída. Isto resulta do falecimento do anterior Fiscal e Único, e portanto tem que se deliberar em relação ao novo Fiscal. Portanto a proposta é esta.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta N<sup>os</sup> 32/XI-1<sup>o</sup>, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### Deliberação

**Nos termos legais e estatutários é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal a designação do Fiscal Único da ECALMA.**

**Considerando as informações da Administração da Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação e a proposta apresentada e assumida pela Câmara Municipal que a submete à Assembleia Municipal, em que é referido também os honorários e as condições de exercício do Revisor Oficial de Contas para as funções de Fiscal Único da ECALMA.**

**Nestes termos, em consideração do nº 5, do artigo 25º e em cumprimento do nº 3, do artigo 26º, ambos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal, designando o Sr. Nuno Borges, Revisor Oficial de Contas inscrito na respetiva Ordem com o nº 1533, para o exercício das funções de Fiscal Único da ECALMA - Empresa de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, para o mandato autárquico 2013/2017.**

6.4 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N<sup>o</sup> 33/XI-1<sup>o</sup>, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/06/2014, sobre “Autorização para a celebração de acordos de execução com as Juntas das Freguesias do Concelho de Almada”, (**Conforme Anexo XXXI**).

6.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Srs. Deputados aquilo que somos chamados a deliberar é sobre a celebração dos acordos de execução, sobre autorização para celebração de acordos de execução com as Uniões de Freguesias e a Freguesia que integram o nosso Concelho. Portanto, é um processo que resulta da Lei 75/2013 em relação à qual já nos pronunciámos, em relação à qual já houve várias reuniões para as quais foram convidados os Srs. Deputados Municipais para se dar conta dos procedimentos que estavam em curso. Foi elaborado o estudo prévio que fundamenta a proposta de minuta de acordo que aqui nos é trazido. Essa minuta é uma minuta que obrigatoriamente é o ponto de partida para a negociação com cada uma das Uniões de Freguesias e com a Freguesia que integram o nosso Concelho. Desse processo negocial resultarão muito provavelmente documentos diferentes que depois voltarão aqui à Assembleia Municipal para que ela delibere finalmente sobre essa matéria. Mas a Lei obriga a que a minuta inicial seja única e portanto é essa minuta única, esse ponto de partida que aqui vos trouxemos. Portanto, está à vossa consideração, estarei depois ao vosso dispor para os esclarecimentos que entendam por bem.”

#### 6.4.2 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para um esclarecimento.

##### 6.4.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Esclarecer o seguinte, nós não vamos aprovar os acordos de execução, o que se vai votar é autorização para os procedimentos tendentes à negociação dos acordos de execução que depois não de vir à Assembleia. Esta proposta não necessitava de vir à Assembleia, não era preciso vir à Assembleia, mas penso que e agradeço ao Sr. Presidente ter feito a proposta à Assembleia, na medida em que consolida um passo importante do ponto de vista deste





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

processo e penso que importa acima de tudo conhecer e registar esta posição da Câmara relativamente à Assembleia Municipal, porque ao fim ao cabo prestigia também a Assembleia Municipal e o Poder Local de Almada, ou ajuda a prestigiar.”

**6.4.3** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 33/XI-1º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

#### Deliberação

**Considerando a ampla experiência do Município de Almada na delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas das Freguesias e dos bons resultados obtidos no serviço prestado aos munícipes.**

**Foi assim que já no atual mandato os Órgãos do Município deliberaram manter a delegação de competências nas Freguesias nos precisos termos do Regulamento aprovado no mandato de 2009-2013.**

**Considerando as determinações da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, relativas à celebração de acordos de execução entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia prevendo expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências a delegar (artigos 133º, nº 1 e 131º do anexo à Lei).**

**Para tanto a Câmara Municipal realizou um aprofundado estudo, criando um grupo de trabalho multidisciplinar, envolveu os eleitos municipais e realizou reuniões de trabalho com a Assembleia Municipal e as Juntas das Freguesias, para a elaboração de acordos de execução para vigorar no mandato de 2013-2017.**

**Considerando que a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal a proposta integrando o “Acordo de Execução-Minuta”, o “Estudo Prévio aos Acordos de Execução” e**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Anexo I - Quadro de Transferência”, e demais Anexos I a XIII relativamente a “Espaços Verdes de Enquadramento”, “Limpeza das Vias e Espaços Públicos”, “Mobiliário Urbano em Espaço Público”, “Feiras e Mercados”, “Reparações nas Escolas do 1º Ciclo e Pré-Escolar e Logradouros”.

Nestes termos e em consideração da determinação inscrita no artigo 25º, nº 1, alínea k) e do artigo 132º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a Assembleia Municipal de Almada delibera autorizar a continuação do processo para a celebração de acordos de execução com os Órgãos das Freguesias do Concelho de Almada, nos precisos termos da deliberação Camarária de 18/06/2014.

6.5 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 34/XI-1º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 18/06/2014, sobre “Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano de 2014”, (Conforme Anexo XXXII).

6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma proposta simples do ponto de vista formal, mas muito grande e muito significativa do ponto de vista dos objetivos, e integra a nossa estratégia relativamente à gestão dos recursos humanos.

Queria apenas salientar neste ponto de vista também que é a terceira proposta que este ano trazemos de grande expressão do ponto de vista de recursos humanos. As duas últimas aprovadas em Assembleia Municipal foram de recrutamento excepcional para lugares que estavam no Mapa de Pessoal e que a identificamos como indispensáveis para continuar a manter as nossas equipas e a resposta às nossas populações. A presente proposta é uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

proposta de revisão do Mapa de Pessoal. O Mapa de Pessoal que foi aprovado pela nossa Assembleia Municipal e que está em vigor e que já referenciei, que se fundamenta em algumas circunstâncias também do ponto de vista legal. A Lei do Orçamento de Estado 2014 introduziu um regime excecional de mobilidade intercarreiras que naturalmente pretendemos aprofundar e desenvolver também na nossa realidade, portanto há muito que estava congelado esta possibilidade, penalizando naturalmente os Municípios e acima de tudo os trabalhadores da função pública e por outro lado mantendo o que já referenciei, esta estratégia da nossa Câmara Municipal de manter as equipas e reforçar as equipas em áreas tão importantes como as áreas operacionais e em áreas relevantes como a manutenção de espaços públicos e a limpeza urbana. A proposta que trazemos aqui é então do ponto de vista formal consagrar uma revisão do nosso Mapa de Pessoal, assumindo a consagração de novos lugares nas três categorias profissionais: técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. E queria naturalmente dar destaque à nova proposta de consagração de 68 postos de trabalho de assistentes operacionais e também de 23 assistentes técnicos e 23 técnicos superiores, permitindo assim quer a gestão dos que já cá temos, quer o reforço das equipas com novos processos de recrutamento naturalmente passarão uma vez mais depois pelas decisões dos nossos órgãos. Portanto, é uma proposta simples, porque é uma revisão do Mapa de Pessoal que está em vigor mas com objetivos de não nos acomodarmos às orientações nacionais de perda de efetivos funcionários públicos em áreas tão importantes como as áreas de resposta às nossas populações.”

**6.5.2** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 34/XI-1º, que foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do BE) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

#### Deliberação

**Considerando que após análise cuidada e rigorosa das necessidades de recursos humanos a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta de alteração do mapa de pessoal para 2014 tendo por base o rigor e exigência, valorizando a eficácia e a eficiência com o objetivo de desenvolvimento de todas as áreas da responsabilidade do Município, na perspetiva da integral manutenção das atividades em curso das atividades de caráter continuado, bem como de novas atividades, onde assumem especial atenção as áreas relacionadas com os crescentes problemas sociais.**

**Acresce o facto de nos últimos meses se ter verificado 18 saídas de trabalhadores municipais e se encontrarem presentemente em tramitação 29 processos de aposentação.**

**Considerando a possibilidade prevista na Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2014, que veio preconizar no nº 3, do artº 39º, um regime excecional de mobilidade interna intercarreiras ou categorias, entendem oportuno consagrar formalmente no Mapa de Pessoal, um total de 46 postos de trabalho nas carreiras de Técnico Superior e Assistente-técnico, de resposta a necessidades prementes dos serviços, os quais se destinam a trabalhadores que reúnem os requisitos habilitacionais, e a quem estava vedado o acesso a categoria superior, face às sucessivas imposições legais em vigor, desde janeiro de 2011.**

**Considerando que no contexto dos atuais constrangimentos legais, revela-se o recurso ao regime de mobilidade interna/intercarreiras, estando em causa razões de economia, eficiência e eficácia impostas aos serviços na prossecução do interesse público;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Considerando que da presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, resulta 1538 postos de trabalho efetivamente preenchidos, consubstanciando, no entanto, do ponto de vista de gestão, os seguintes aspetos:

- Inclusão de 46 postos de trabalho (23 Técnicos Superiores e 23 Assistentes Técnicos) que correspondem designadamente, a situações transitórias em regime de mobilidade interna intercarreiras, não consolidadas;
- Inclusão de 68 postos de trabalho para dar resposta a novas necessidades prementes na carreira de Assistente Operacional.

Considerando que nos termos da Lei nº 75/2013 e do Decreto-Lei nº 209/2009 compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o mapa de pessoal do Município, observando o disposto nas Leis nºs 12-A/2008 e 3-B/2010.

Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a), do nº 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 5º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, a Assembleia Municipal de Almada aprova a alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2014 do Município de Almada nos precisos termos da deliberação camarária de 18 de junho de 2014.

7 - Para casos excecionais, procedimentos excecionais, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou o falecimento do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, Joaquim Cândido Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, do Concelho de Amarante e solicitou o pronúncio da Assembleia.

7.1 - A Assembleia Municipal manifestou o seu pesar, deliberando apresentar condolências à família enlutada e solidariedade à Associação Nacional de Freguesias, à Junta de Freguesia de Padronelo e à Assembleia Municipal de Amarante.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 8 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Francisca Luís Baptista Parreira, Ivan da Costa Gonçalves, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.
- 10 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Srs. Juristas Filipa Correia e Luís Brito de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de trinta Srs. Múncipes.
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H45 do dia 27 de junho de 2014.
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE \_\_\_\_\_

—

A 1ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A 2ª

SECRETÁRIA \_\_\_\_\_